

**Accção  
Realís  
ta**

**revísta  
quínzenal**

# Produtos de beleza Z Á Z Á

MARCA REGISTRADA

A essencia Zázá é o perfume das elegantes

**Crème Zázá,** especialidade incomparavel para tirar as sardas, manchas, rugas, etc. (não é gorduroso) **Caixa 7\$900 réis**

**Depilatorio Zázá,** inofensivo, tira os pelos por completo, deixando a pele muito fina e aveludada. **Frasco 7\$900 réis**

**Pó d'arroz Zázá,** muito aderente e deliciosamente perfumado, suavisa e refresca a pele, em Branco, Rosa e Rachel. **Caixas de 1\$900, 2\$900 e 3\$900 réis**

**Brilhante Zázá,** em pó, o melhor para polir as unhas. **Tubo 3\$900 réis**

**Brilhante Zázá,** liquido, conserva as unhas brilhantes durante 15 dias, tem junto a maneira de usar. **Caixa com 2 frascos 12\$500 réis**

**Shampoo Zázá,** em pó, infalivel destruidor da caspa. **Pacote 1\$500 réis**

**Shampoo Zázá,** liquido, é dos shampoos liquidos o melhor, lava rapidamente a cabeça friccionando-a muito bem. **Frasco 12\$500 réis**

**Bigoudis Zázá,** frizador a frio com fitas de diversas côres. **Caixas de 6, 3\$950 réis. Ditas de 12, 4\$950 réis**

**Vinaigre de Rouge Zázá,** inofensivo, rouge liquido especial para os labios. **Frasco 4\$500 réis**

**Tintura Juvence Zázá,** superior ás melhores para tingir o cabelo, castanho, castanho escuro e preto. Tem junto a maneira de usar. **2 frascos 29\$000 réis**

**Talco Zázá,** para o Bêbé, especial para recém-nascidos. **Caixa 4\$900 réis**

**Pasta Dentifrica Zázá,** branqueia os dentes conservando-lhes sempre o seu esmalte natural, desinfecta e aromatiza a boca. **Cada 4\$900 réis**

**Pélonglia,** tira por completo as peles das unhas servindo tambem para as limpar por dentro **Frasco 7\$900 réis**

**Gellée Aux Accacias** preparado especial para evitar e fazer desaparecer o cieiro e o gretado da pele. **Bianaga 3\$900 réis**

**Branco de Hespanha** Pó d'arroz liquido preparado ideal para branquear o rosto, colo, braços etc., recomendado para peles gordurosas. **Frasco 7\$900 réis**

**DESCONTOS A REVENDEDORES**

**DEPOSITO PARA PORTUGAL, COLONIAS E BRAZIL**  
**PERFUMARIA MIMOSA**

102, RUA DO OURO, 104—LISBOA

TELEFONE C. 4050

MANUCURE—TRATAMENTO DAS 11 ÁS 19 HORAS



# ACÇÃO REALISTA

REDACTOR PRINCIPAL : ERNESTO GONÇALVES

Redacção e Administração RUA DA BARROCA, 59, S/LOJA	EDITOR Antonio Ferreira Junior	Assinaturas SÉRIE DE 10 N.º — 10\$000 RÉIS Numero avulso — 1\$000 réis
--	-----------------------------------	--

A

SS. MAGESTADES EL-REI E RAINHA

A S. MAGESTADE A RAINHA SENHORA D. AMELIA

A S. ALTEZA REAL O SENHOR D. DUARTE NUNO

A

«ACÇÃO REALISTA PORTUGUESA»

APRESENTA RESPEITOSAMENTE A HOMENAGEM

MAIS SINCERA DA SUA DEDICAÇÃO

E FIDELIDADE



## EXPLICANDO

Como ficou dito na sua nota officiosa de 16 de Abril d'este ano, a Acção Realista projectava e projecta publicar um jornal que seja, na imprensa um órgão legitimo e permanente. Mas antes de aparecer a oportunidade dessa publicação, a Acção Realista vê-se forçada a comunicar com o publico por meio de uma revista periodica que será na opinião publica do país a transmissora dos seus juizos.

Toda a gente sabe como se formou a Acção Realista: ela surgiu do movimento monarchico que a Mensagem ao Lugar-Tenente de El-Rei traduziu, e representa o esforço e a aspiração duma facção de monarchicos que estão fartos da inercia em que se tem vivido, e não estão dispostos a trabalhar por uma Monarquia que traga no seu seio uma nova Republica.

Em poucas palavras: a Acção Realista quer a Monarquia, mas uma Monarquia isenta de vicios republicanos.

A Causa Monarquica, pela voz de El-Rei, confirmada por declarações successivas do seu Lugar-Tenente, é a Causa de todos os monarchicos e destina-se a servir a Causa de todos os portugueses. Quere dizer que dentro da Causa monarchica cabe a Acção Realista.

A Causa Monarquica tem um órgão officioso na Imprensa: o *Correio da Manhã*. Órgão officioso da Causa Monarquica, as suas colunas tem que ser franqueadas, sem favor de qualquer especie, a todas as correntes doutrinárias da Causa Monarquica. Foi para que isso ficasse bem assente que se dirigiu ao Lugar-Tenente de El-Rei a mensagem de 8 de Dezembro do ano passado. E foi à sombra da resposta do Lugar-Tenente de El-Rei, que a Acção Realista passou a mandar para o *Correio da Manhã* as suas notas officiosas e as suas comunicações.

A situação era esta, quando, em virtude do *Correio da Manhã* ter publicado a nossa nota officiosa de 16 de Abril, o *Dia*, jornal monarchico, a quem a tinhamos enviado tambem, por delicadesa e consideração, entende que devia comentar a nossa corrente politica, a pretexto de ter usado do seu plenissimo direito de recusar a publicação, nas suas columnas, da referida nota. Eis as palavras do *Dia*:

«Recebemos uma comunicação, que vimos hoje publicada no *Correio da Manhã*, órgão officioso da Causa Monarquica, na qual a *Acção Realista Portuguesa* desenvolve o seu programma anti-constitucional e anti-liberal, annunciando a proxima realisação d'uma assembleia que será como que *um sugema das Côrtes geraes* (sic) e promete a proxima publicação d'um diario em que sustentará as suas doutrinas

Temos dado todas as provas — e ainda no numero d'hontem elas foram exuberantes — do nosso desejo de que se estreite a unidade monarchica. Mas, abstenho-nos, por a julgarmos prematura e inoportuna, qualquer discussão doutrinaria sobre o futuro sistema politico enquanto a republica estiver viva, não podemos levar tão longe a condescendencia que nestas mesmas columnas se faça uma propaganda a que decerto se nos não abririam as do futuro órgão da *Acção Realista*.

Eis porque não podemos inserir esse programma de monarchicos aos quaes não temos recusado e contnuaremos dando inequivocos testemunhos da nossa consideração pessoal e politica.»

Estava o *Dia*. repetimos, no seu pleno direito de recusar as suas colunas ás notas da Acção Realista. O *Dia* é um jornal de tradições liberaes, esquerdistas, mesmo da extrema esquerda monarchica. Foi o órgão da dissidencia progressista, e, como tal, quasi acamaradou com os republicanos, nas luctas politicas dos ultimos anos do antigo regimen. Ninguem podia exigir-lhe a condescendencia a que se refere no seu comentario. E certamente, esse comentario não nos levaria a tratar do problema, se o caso tivesse ficado por aí. Mas, infelizmente, não ficou. E no dia seguinte, o *Correio da Manhã*, órgão officioso da Causa Monarquica, veio á estacada respondendo ao *Dia*, com estas famosas palavras:



«A publicação, no *Correio da Manhã*, do documento que se refere o *Dia*, assim como a de outras proclamações e comunicados de propaganda que temos recebido da «Acção Realista Portuguesa», não significa de maneira alguma que este jornal perfilhe as doutrinas d'aquella aggração monarchica. O reparo do nosso illustre colega obriga-nos a esta declaração.

O *Correio da Manhã* tem a subida honra de ser órgão na imprensa de Sua Magestade El-Rei, e o Senhor D. Manuel II tem reiteradamente definido, em publico e nas suas instrucções officiais, qual é a posição que occupa como chefe dos monarchicos portuguezes.

A Causa que Sua Magestade simbolisa acolhe em seu ambito todas as modalidades do doutrinarismo monarchico; — mas El-Rei é um Soberano constitucional, ligado a esse sistema politico, que a Nação, de direito, nunca repudiou, por um solemne juramento a que Sua Magestade não quer nem poderia faltar. O Senhor D. Manuel II só se consideraria auctorizado a abraçar outra fórma de governo monarchico, quando a Nação, em devidos termos e pela sua representação legitima, a tivesse de direito adoptado.

Taes normas, pelas quaes Sua Magestade El-Rei sempre se norteia, estabelecem necessariamente a situação do *Correio da Manhã* na imprensa monarchica.

Parece o *Dia* notar que, sendo assim, as colunas do *Correio da Manhã* se abram as proclamações de combate e asseções depreciativas contra aqueles mesmos principios que Sua Magestade El-Rei jurou e representa.

Sem d'scutir o fundamento da estranheza revelada pelo nosso querido collega, dir-lhe-hemos que os escrupulos pessoases de quem dirige o *Correio da Manhã*, escrupulos derivados de factos politicos bem notorios, tem levado este jornal a interpretar o mais latitudinariamente possivel os preceitos da hospitalidade para com os documentos da proveniencia e indole d'quelle que hontem inserimos. Se isto não constitui uma justificação sufficiente, é pelo menos uma explicação, e esperamos que como tal nos seja recebido.»

Ainda a Acção Realista não tinha despertado do pasmo em que a deixou a situação de agradecida aos escrupulos pessoases do illustre director do *Correio da Manhã* — e já lhe caía debaixo dos olhos, a treplica do *Dia*. Porque o *Dia*, saboreando as palavras do *Correio da Manhã*, treplicou lhe desta sórtre:

«E' excelente doutrina que sustenta o *Correio da Manhã*, e nessa orientação se tinha manifestado o Director d'O *Dia* n'uma entrevista publicada na *Tarde* quando ainda o nosso jornal não tinha recommçado a sua publicação.

Sua Magestade El-Rei, que leu a entrevista da *Tarde*, dignou-se escrever uma carta ao director d'O *Dia* significando lhe a sua aprovação ao que ali dissera e considerando um bom serviço á Causa Monarchica, na qual é preciso manter a maior unidade, sem discussões politicas prematuras e que nos enfraqueceriam deante do inimigo comum, que é o urso republicano ainda vivo e feraz.

Quando ao que o *Correio da Manhã* chama o reparo d'O *Dia* devemos dizer que ele não podia ter o minimo intuito desprimoso. Só quizemos expôr, por justa differencia, aos monarchicos da *Acção Realista*, aos quaes muito consideramos, as razões que nos determinaram a não dar aqui ao *programma* a inserção integral que pelo motivo hoje explicado no *Correio da Manhã*, fôra feita assim no illustre órgão officioso. Não foi, pois, um reparo ao nosso querido colega mas uma explicação aos nossos distinctos, e religiarícos do agrupamento anti-constitucional.

O proprio *Dia*, reconhece que o *Correio da Manhã* foi além do que devia ir, pois ele, *Dia*, não fizera reparo á publicação no *Correio da Manhã* da nossa nota, mas sim dera uma explicação á Acção Realista por se ter recusado a publicar a referida nota. O *Correio da Manhã* tomou como sendo um reparo á sua attitude cçerente e regular de órgão officioso da Causa Monarchica, o que afinal de contas não passava duma explicação que nos era dada, e com o que o *Correio da Manhã* nada tinha.

A explicação que o *Dia* nos deu é uma gentileza, que muito agradecemos, e à parte as dissensões doutrinarias, podemos a falar com cortezia a simpatia. Não temos pois que a discutir: Temos que accetá-la e acatá-la. E é essa gratidão que nos leva a deixar sem reparo desenvolvido aquella passagem da sua treplica, em que se refere ás manifestações expressas por El-Rei. Limitamo-nos a dizer que foi e é nosso proposito nunca envolver El-Rei nas questões, nas divergencias, nas differenças de opinião que agitem ou perturbem a Causa Monarchica. Para nós, El-Rei vive e está acima de tudo isso.

A nossa conversa, portanto, não é com o *O Dia*: é com o *Correio da Manhã*, porque



## ACÇÃO REALISTA

as palavras do *Correio da Manhã* vêm colocar a Acção Realista numa situação que ela não aceita.

Começa o órgão officioso da Causa Monarquica por dizer que a publicação, nas suas colunas, das notas officiosas da Acção Realista não significa que o jornal perfilha a doutrina que elas exprimem. Olha a novidade! O *Correio da Manhã* não é órgão da Acção Realista: é órgão da Causa Monarquica; portanto não tem que perfilhar esta ou aquela doutrina: tem que dar guarida a todas, sem as discutir, sem as combater, sem as apoiar.

Diz o *Correio da Manhã*, e diz muito bem, que a Causa Monarquica acolhe em seu ambito todas as modalidades do doutrinarmismo monarchico.

Mas acrescenta, como que a restringir o pensamento formulado nessas palavras, que El-Rei é um Soberano Constitucional ligado a um sistema politico que a Nação, de direito, nunca re- pudiou—e que, nessas condições, pode dar margem a reparos que o órgão officioso de Sua Magestade dê publicidade a doutrinas contrarias aos principios que S. Magestade jurou e representa.

Vamos devagar.

Sua Magestade considera-se preso, por juramento á Carta Constitucional. Sua Magestade não pode espontaneamente, desligar-se desse juramento. Sua Magestade é, perante a sua consciencia, Rei Constitucional.

Mas uma vez que Sua Magestade não obriga os monarchicos a reconhecê-lo como Rei Constitucional, e a vêr n'Ele o Rei Constitucional, limitando-se a obrigá-los a reconhecê-lo como Rei, e a vêr n'Ele o Rei, — o *Correio da Manhã* não é órgão officioso do Rei Constitucional, como o Snr. Aires d'Ornelas não é o Lugar Tenente do Rei Constitucional. O *Correio da Manhã* é o órgão officioso do Rei. O snr. Aires d'Ornelas é o Lugar Tenente do Rei.

Se Sua Magestade fosse, para todos os monarchicos, o Rei Constitucional, e o Snr. Aires d'Ornelas fosse o Lugar Tenente do Rei Constitucional, e o *Correio da Manhã* o órgão officioso do Rei Constitucional, a Causa Monarquica não podia dizer que acolhia no seu ambito todas as modalidades do doutrinarmismo monarchico, e a Acção Realista estava explicitamente fóra da Causa Monarquica.

Acabemos com sofismas, evasivas, disfarces e cobardias. Estamos ou não dentro da Causa Monarquica?

Pelas palavras de El-Rei, concluimos que sim: pelas palavras e pelas atitudes do seu órgão officioso, concluimos que não.

Extranha e embaraçada situação esta...

E mais extranha e embaraçada ela é, quando o *Correio da Manhã*, órgão officioso de Sua Magestade, vem declarar que publica as nossas notas e comunicações porque os escrupulos pessoais do seu Director o levam a interpretar o mais latitudinariamente possivel os preceitos da hospitalidade!

Quere dizer: a Acção Realista tem encontrado no *Correio da Manhã* publicidade para as suas notas e comunicações, unieamente por um favor pessoal do seu illustre Director.

A Acção Realista agradece, mas não aceita. A Acção Realista aceitará a hospitalidade do *Dia*, por uma atenção pessoal do seu Director; aceitará a hospitalidade dum jornal do sr. Anibal Soares, por uma atenção especial de S.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup>. Mas não aceita os favores pessoais do Director do órgão officioso da Causa Monarquica.

A Acção Realista entende que entra nas colunas do órgão officioso da Causa Monarquica, por direito; entra nelas de cabeça erguida, e não de chapeu na mão. Uma vez que o órgão officioso da Causa Monarquica veio afirmar nos que só por escrupulos pessoais do seu Director, ele pode publicar nas suas colunas as suas notas e comunicações, a Acção Realista, notando que tal situação não teve por parte de quem de direito a correcção e o esclarecimento devidos, vê-se na necessidade de não sujeitar o Director do *Correio da Manhã* a ter que a receber — por escrupulos pessoais, e a pôr á prova a extensão dos seus preceitos de hospitalidade.

Está, assim, explicado e justificado o agradecimento desta revista.

*A Acção Realista Portuguesa.*



# AS MINHAS RAZÕES

Não são as do sr. João Chagas, diplomata da Republica : são as minhas, que não sou diplomata da Republica, e sou, felizmente, branco.

Ha treze annos, isto é desde o 5 de outubro de 1910, dia da aurora redentôra até hoje, só este anno, houve, nos arraiaes jornalisticos monarchicos, a lembrança de que houvera outrora uma Carta Constitncional, outhorgada no dia 29 de Abril. E o orgão liberalista da imprensa monarchica, pela primeira vez, nestes treze annos, recordou, commovido, saudoso, melodramatico, o papelejo liberticida que o Sr. D. Pedro IV, imperador do Brasil, veio dar aos portugueses, cujo trôno tinha Rei português e se dispensava, portanto, de ser occupado por monarcha estrangeiro. E logo no dia seguinte, grave, circunspecto, sem um leve sorriso a quebrar-lhe a linha da face, o orgão officioso da Causa Monarchica veio, tambem recordar o mesmo famoso papelejo . . .

Ao fim de treze annos, descobriram, um e outro, que a Carta Constitucional, esquecida, retalhada, despresada, na forma, durante a quasi totalidade da vigencia do Constitucionalismo, existia, e fôra a nossa felicidade. Ingratos, os jornaes republicanos que saudaram, com toda a justiça e legitimamente, como nos antepassados directos, os homens de 20, desta vez, ingratos, os jornaes republicanos não embandeiraram e não iluminaram no dia 20 de abril. Deviam tel-o feito. O papelejo que o sr. D. Pedro IV veio dar aos portuguezes, para sua desgraça e ruina, foi o símbolo da obra pre-republicana que vem desde 1820 e chega a 1910, com os rápidos intervalos da restauração legitimista e da dictadura do sr. D. Carlos. Agora que a Carta Constitucional está enterrada, e para sempre !, os jornaes que a saudaram, gabam-lhe as prendas, encontram-na formosa como a Sulamite e prestadia como mulher para todo o serviço. Até parece que esqueceram que em pleno regimen monarchico Constitucional houve vários remendos tendentes a aperfeiçoar, a aformosear, a corrigir, o papelejo de 26.

V. Ex.<sup>as</sup>, Senhores directores dos jornaes monarchicos citados, hão de dar licença que eu não despreze o que a História ensina, e não reflecta no que V. Ex.<sup>as</sup> escrevem. Quem leu as palavras dos illustres jornalistas do *Dia*, do *Correio da Manhã*, ha de ficar imaginando que Portugal, depois de 1826, ficou radioso e baboso, e que a Carta Constitucional foi aquilo que os mesmos illustres jornalistas, ao fim de três annos de Republica, descobriram. Não foi tal. Antes de mais nada, convem dizer que a Carta Constitucional muito deve ao tratado de 22 de abril de 1834, segundo o qual o nosso regime ficava garantido pela França, pela Inglaterra e pela Hespanha. Estrangeira de nascença, dada por um rei estrangeiro, era assegurada a sua vigencia, por forças estrangeiras.

Depois, ninguem o ignora, em 1836, a Carta Constitucional, apesar de ser a cornucópia das felicidades, foi revogada, e, em 1838, substituida pela Constituição de 1838, — a qual durou até 1842. Neste anno, repassou-se á Carta Constitucional. Alguns annos depois, em 1852, deita-se um remendo na Carta Constitucional, porque pelo visto, não era muito firme a felicidade que ela exalava. Não estiveram acomodados, muito tempo,



os povos. Porque em 24 de julho de 1885, novo remendo na Carta Constitucional. Ainda a Carta Constitucional, desta vez, não ficou ageitada, e em 3 de abril de 1896, terceiro remendo salvador. E ainda em 1900, se manifestou a necessidade de novo remendo, e em 1910, renovou-se o desejo de remendar. Com tantos remendos, e tão desastrosos que nunca acertaram, — a Carta Constitucional de 1826 já não era, em 1910, o que fôra.

E que nos deu, que nos deu, senhores, essa Carta Constitucional, ou melhor esse regime de que a Carta Constitucional é símbolo? Que nos deu?! Em poucas palavras, responde por nós, Paiva Couceiro: «intervenções estrangeiras, descalabros materiais, decadencia moral.» Qual a expressão que melhor comenta o liberalismo português? Paiva Couceiro aponta-a; a frase de Herculano, — «isto dá vontade de morrer.»

Ha, hoje, em Portugal, monarquicos constitucionais e monarquicos anti-liberalistas. Aos primeiros, cabe, inteira, a responsabilidade da queda da Monarquia, preparada de longa data. A Monarquia liberal nunca se defendeu — talvez por se reconhecer regime transitório, destinado a fazer a cama á Republica. E quando dizemos que nunca se defendeu, não queremos referir-nos á defeza armada; queremos referir-nos à unica sólida defeza, a defeza que é constituída por principios e ideas. A Monarquia liberal não tem ideas monarchicas: tem ideas republicanas e principios republicanos. A sua doutrina fundamental é a da limitação dos poderes dos Reis, porque para a monarchia liberal, o seu principal adversario é o Rei. Ela o dizia, nos tempos agitados dos ultimos anos: «tudo! venha tudo, menos isto!» *Isto* o que era? *Isto* era o poder do Rei.

Eu comprehendo os monarchicos constitucionais de 1820 e de 1826, como comprehendo os republicanos de 1910. As ideologias, enquanto as realidades lhes não revelam os pontos fracos, os perigos certos, seduzem os melhores espiritos. Mas não comprehendo monarchicos constitucionais e republicanos, em 1924.

Ha monarchicos constitucionais e monarchicos anti-liberalistas. Os primeiros têm uma obra: a Republica. A Republica foi a resultante do seu doutrinarmos e dos seus processos politicos. Será preciso fazer-se, ainda mais uma vez, o processo politico, financeiro, economico, moral, do Constitucionalismo? Quem o faz, chega a uma data sintética que o simbolisa: 5 de outubro de 1910. Qual a função dos monarchicos constitucionais? A penitencia. E a penitencia mais severa porque foi por culpa sua, unicamente sua, que o País ficou sem Rei, sem Chefe, sem Direcção. Quando El-Rei D. Carlos falou nos erros que de longe vinham — a quem se referia? Aos republicanos? Aos monarchicos anti-liberais?

Que os monarchicos constitucionais cedam. A Monarquia ou será anti-liberal ou não será.

*Alfredo Pimenta.*



# Monarquia e Nacionalismo .

Desde que o liberalismo instituiu no nosso país um Estado anti-nacional que pela sua defeituosa estrutura hostilisava os órgãos naturaes da Nação, a nossa Terra entrou num periodo de decadencia que em certos momentos, como o actual, tem assumido aspectos de crise grave. Agora com a Republica, o divorcio entre a Nação e o Estado republicano é bem evidente, correspondendo à luta entre dois elementos que nunca poderão, devido á sua natureza intima, unir-se num trabalho fecundo, prosseguindo uma finalidade comum, nacional. O Estado liberal vive à parte, desintegrado da Nação, como um elemento estranho. Viciado na sua origem, estrangeiro na sua essencia, o regimen democratico veio suspender a continuidade da nossa vida politica e espalhou em toda a sociedade um tumulto anárquico que ameaça subverter tudo. A Nação, sem encontrar na sua constituição politica uma característica portugueza, continua a sua existencia desorientada e todas as suas energias, em virtude da ausencia da autoridade coordenadora do Chefe, não se equilibram numa unidade perfeita, dispersando-se sem atingirem um fim de interesse comum.

A constituição politica dum país deve corresponder à sua fisionomia particular, reflectir as suas tendencias e costumes, adaptar-se à Nação plasticamente como uma malha que não force os seus movimentos creadores, possuir as faculdades de coordenação e estímulo do trabalho nacional. Um estatuto politico fundamental, para ser perfeito e em tudo corresponder aos seus fins, deve assentar sobre as células naturaes da sociedade, nascendo das suas entranhas tão naturalmente como uma arvore germina na terra e depois nasce e floresce. Uma constituição politica que não obedeça ás tradições e tendencias do povo, é uma traição permanente, um contínuo obstáculo à vida nacional e um perigo sempre vivo para a defeza e conservação da grei.

A filosofia monstruosa, que gerou a Revolução Francêsa, abstrae da realidade, construindo no vácuo as suas conclusões. E' esse o seu vicio fundamental. Em seu nome impõe-se a um país uma constituição politica puramente abstracta, em que as instituições naturaes da Nação não são assimiladas, fazendo destas tábua rasa. Foi o que aconteceu em Portugal com a célebre Constituição de 1822, com a Carta Constitucional e, mais tarde, com a Constituição republicana. Em todos estes estatutos a fisionomia histórica do nosso país é traído, esquecidos o nosso passado e o nosso particularismo politico e social. Uma nação que, como a nossa, possui um passado de muitos séculos, não se modifica facilmente por um acto revolucionario, romantico e descerebrado. A sua vitalidade continua a manifestar-se, embora à margem do Estado que não assimilou a sua seiva. Uma constituição politica anti-nacional nunca poderá consumir o milagre de transfigurar as características da Nação, fechando para todo o sempre e como um livro inútil a historia dum passado que creou as energias essenciaes, as forças eternas da Raça. Um estado anti-nacional põe em perigo, por isso mesmo, a soberania politica, a independencia dum país.

Entre nós, o Estado democrático — tanto a Monarquia desde 1820 como a Republica — não deitou raises fundas no terreno nacional. A sua vida tem sido puramente para-



sitária. Como nunca se incorporou na Nação, esse Estado anti-português tem sido a fonte permanente da anarquia, a causa do tumulto constante em que vivemos, sem a orientação clara da Autoridade que cria o equilíbrio e a riqueza sociaes. Se um movimento enérgico de reacção não se manifestasse desde ha muito tempo no nosso país, a nossa independencia correria o risco de se perder definitivamente e a desagregação social chegaria à fase terrivel duma anarquia de bárbaros.

Mas felizmente esse espirito salvador de reacção existe entre nós e dêle ha a esperar o resgate final dum país entregue à indisciplina dos partidos e da finança democratica.

Essa reacção nasceu do pressentimento geral de que o nosso país, desviado do seu caminho histórico, transviado por desvarios liberaes, corre o trágico perigo de se perder. A esse sentimento patriótico junta-se o proprio instinto de conservação social que as ameaças das hordas avançadas veio despertar do seu sono apático. Assim esse patriotismo adquire um ímpeto invencivel, um frémito de combate que o diferencia do patriotismo romantico, que declama ódes e hínos sentimentaes.

Mas essa reacção, caracterisadamente nacionalista, encaminha-se para uma unica solução do nosso problema politico? Era natural que assim acontecesse. Porém, uma certa covardia mental faz com que alguns fiquem a meio do caminho e não levem logicamente até o fim as suas ideias nacionalistas. Ainda ha quem sonhe com uma Republica ideal que possa adaptar-se á estrutura da Nação e salvar a sociedade em perigo. . . Mas esse sonho é simplesmente a timidez de se encontrar face a face com a luminosa e definitiva solução da nossa crise.

O movimento nacionalista, que se espalha hoje por todo o país, embora muitas vezes inconsciente, só encontra a sua plenitude no combate pela Monarquia. Só esse regime tradicional poderá integrar a Nação nas suas bases, restaurando no nosso país a ordem creadora pela Autoridade firme e sábia, abrindo os sulcos duma futura e magnilica civilização portuguesa. E' uma nociva utopia pensar que a Nação consiga enquadrar-se num regime que a desconhece e asfixia. A restauração da Monarquia será a cúpula das aspirações nacionalistas que se manifestam com uma espontânea veemencia e vitoriosamente afirmam a vitalidade da Raça que busca o seguro caminho da sua verdade politica. Nunca se poderá escolher arbitrariamente, num capricho ideológico, qualquer regime politico para o nosso país, vestir-lhe uma constituição que tólha os seus movimentos, esterilizando as suas puras energias. Uma das características fundamentaes da Nação è a forma monárquica que a modelou desde o principio, creando-lhe um ambiente de autoridade, trabalho e continuidade histórica de que não nos podemos desviar sem trair os destinos nacionaes. Devido a um critério positivo, a uma análise serena, rigorosa, o nosso nacionalismo que desfez as névoas da metafisica revolucionária, concluiu pela Monarquia como o unico regime estruturalmente portugês. A essa mesma solução chegará esse outro nacionalismo, um pouco nebuloso, às vezes sentimental, que foge a cristalisar-se nas perfectas linhas duma doutrina politica.

Esse nacionalismo, que se mantém neutro quanto à forma do regime, é um protesto contra o estado de decadencia e desorientação politica que atingiu o nosso país, depois duma série de revoluções nocivas que só arruináram o património espiritual e material da



Nação. E' um ambiente favoravel a uma obra patriotica de reconstrução. Mais do que nunca o terreno está preparado para que vençam as ideias que hão de restaurar, no futuro, o nosso país abandonado a uma politica ignara de incompetentes e verbalistas, aventureiros dos partidos e da finança. Logo que se aproxime o momento decisivo de irmos todos, juntos pelo patriotismo combativo, pela fé nacionalista, em defesa da nossa Terra, uma unica forma de Estado se apresentará, forte de estrutura e equilibrio, rica de seiva tradicional, capaz de reunir num feixe vigoroso toda as energias que se dispersam numa taciturna ausencia de ideal comum. Um movimento que procure realizar fins puramente nacionaes, unir todos os portugueses verdadeiros, que desejem trabalhar, disciplinados pelo superior interesse da Nação, tem de se condensar numa ideia politica nitida, coërente com a obra projectada e que possua todas as qualidades positivas, reaes, de força e de autoridade, para a conduzir até o final com um esforço continuo e perfeito. Hoje, com a adiantamento a que chegou a sciencia politica, não se pode permitir que se veja com uma indiferença acaciêscamente olimpica a forma do Estado.

E' o ponto central do problema português. Antes de se realizar um plano completo de restauração nacional, tem de se proceder à reforma radical do Estado, ponto de partida para com ordem e continuidade consumarmos sem interrupções essa obra formidavel de erguer o corpo dessorado da nossa Pátria.

Apesar de alguns portugueses, que se consideram nacionalistas, e defendem uma reforma social e politica que nos salve, não se pronunciárem sobre a futura constituição do Estado, não deixaremos de os julgar nossos camaradas e irmãos de luta na béla esperança de libertarmos o país, salvo de clientelas, e de novo restituído aos seus destinos gloriosos.

Esse nacionalismo inconsistente é tambem um nosso companheiro — a quem ensinaremos os passos da vitoria, a ultima palavra, a atitude verdadeira, *nacionalista*, perante e problema da futura forma do Estado português.

*Ernesto Gonsalves.*



# DISCIPLINA

Pessoas que às ideias políticas que defendemos têm horror — ou porque estão amarradas ao mito liberal, ou porque não têm ideias e este é o caso mais freqüente — propalam que a campanha aberta contra a Democracia por uma falange de gente mōça, cheia de vontade e de fé, que vem desde a Mensagem de 8 de Dezembro até à Acção Realista, representa, dentro da Causa monarquica, um germe de indisciplina que é necessário sufocar.

Quando nos arraiais da Causa se dorme a sono sōlto, chovem as contumélias para que os «integralistas» regressem à actividade política onde em ampla liberdade podem fazer a sua propaganda ; mas se, aceitando o convite, alguns erguem a voz para defender os seus princípios e vêm a terreiro dizer ao país o que pensam e o que querem, acorda tudo estremunhado bradando «indisciplina ! indisciplina !» e pedem contra nós todos os castigos do céu.

Antes de mais nada, confessamos que não sōmos políticos no sentido vulgar da palavra (queremos prègar doutrina e não subir ao poder), que desconhecemos as suas artimanhas, e que portanto caminhamos em linha recta sem fugir a armadilhas que nos preparam pelo caminho. Desconhecêmo-las e não as tememos. A nossa sinceridade é a nossa força ; a mocidade do nosso espírito e a fé nas verdades que apregoamos são o nosso triunfo. Não há pois armadilhas que nos prendam nem contrariedades que nos esmaguem. Se a tentativa que a Acção Realista Portuguesa representa não puder ir avante porque a asfixiem (o que não crêmos), logo outra reacção ha-de surgir, e a politiquice caquética será vencida.

Dito isto, não nos deteremos a desfazer tōlas atoardas nem a discutir falsas proposições. Uma coisa, porém, queremos que fique bem expressa duma vez para sempre : é o que se deve entender por disciplina política a qual os signatários da Mensagem, como a Acção Realista, têm respeitado sempre, embora a certa gente agradasse mais o contrário... Este esclarecimento é muito conveniente porque o grito de «indisciplina !» lançado contra nós poderia perturbar o espírito daqueles que, desprevenidos, hesitariam em nos acompanhar.

Para nós a política não consiste em erguer uma campanha demolidora contra a obra dos republicanos, fazendo espírito com as suas «gaffes» e as suas inépcias que comprometem a Nação. Não consiste em formar um partido político em volta dos antigos estadistas do liberalismo que pretenda substituir-se à republica nas cadeiras do poder. Não consiste tampouco em considerar salvo o país no dia em que apenas se desfraldar de novo a bandeira azul-e-branca e se entregarem as rédias da governança aos dirigentes da Causa monarquica sem se inquirir da obra que vão realizar. A política, para nós, não é nada disto, e d'aí as iras contra a Acção Realista Portuguesa, e o grito de «indisciplina ! indisciplina !» com que pretendem desnortear-nos.

A política, para nós, é a applicação de princípios formulados scientificamente tendo



por base o estudo consciencioso da História, a observação profunda das condições sociais modernas, os ensinamentos dos grandes mestres do nacionalismo, e da experiência de nossos dias. Estes princípios formam uma doutrina que não é uma abstracção, um sonho, mas uma *realidade experimentada* que coincide com o interesse nacional e que a decadência dos tempos presentes confirma e mantém. A aplicação destes princípios é o que nós queremos. Este desejo e o esforço que empregamos para os fazer triunfar nos espíritos e na realidade constitue toda a nossa política. Fazemos portanto a política dos nossos princípios ; não conhecemos outra. Fazemos a política de salvação nacional ; não a política oportunista do momento, (porque dez, vinte anos nada valem na vida duma nação) mas a política das verdades imutaveis que precisam vencer, não para hoje, mas para garantia e prosperidade da *terra* dos nossos filhos, de nossos netos, de todos os nossos vindouros.

Nesta ordem de ideias, a nossa disciplina política tem que ser, antes de tudo, subordinada a estes princípios. Foi justamente em nome dela que erguemos o nosso protesto contra uma situação em que se dava a ideia de que a Causa monarchica era apenas um partido democrático onde nós não podíamos caber. Foi justamente ao abrigo dessa disciplina que se constituiu a Acção Realista Portuguesa, livre de todos os organismos partidários em que dominam os homens e as sombras do liberalismo, directamente subordinada á pessoa do illustre Logar-Teuente de El-Rei.

Eis porque os homens dos maus princípios ou que não têm princípios nos não comprehendem e, quando se apercebem de que não fazemos (nem podemos fazer) a sua política, vociferam : «indisciplina ! indisciplina !»

Depois, à boa paz, com ar de paciência evangélica, acercam-se de nós e segredam-nos sorrindo : «Mas então vocês não vêem que *essa coisa* de princípios é melhor deixar para *depois* ; que todos juntos tínhamos muito mais fôrça para darmos o golpe e escorraçarmos estes mariolas ? . . . »

Pobres inocentes, não verão que uma finalidade tão diferente nos conduz ?

Não iremos discutir agora doutrina. Onde isso nos levaria ! Repetiremos apenas com Ramalho Ortigão que «entre monarchia constitucional parlamentar e republica parlamentar constitucional não distingo diferença, nem considero que ela sequer exista». Como se diz na Mensagem, «pela monarchia liberal não trabalharemos, por ela não lutaremos». Pela mesma razão, não trabalharemos nem lutaremos por uma que não saibamos o que seja ! Servimos princípios para servirmos a Nação. Não servimos partidos nem servimos palavras. Portanto não interviremos numa restauração que tenha por fim colocar no poder os homens da monarchia mas que de facto não seja senão um golpe de Estado para fazer uma «terceira republica». Se interviessemos (afirmâmo-lo desassombadamente) seria ou para empolgarmos o movimento, ou para facilitarmos as circunstâncias para o triunfo daquilo que nós consideramos uma verdadeira restauração nacional.

Chama-se a isto estar dentro da disciplina da Causa monarchica ? Chama-se, sem dúvida, porque é assim que se é coërente com as ideias que, dentro da Causa, temos o direito de professar.

Para a Acção Realista, política é isto, disciplina é isto.

E como consideramos toda a causa política que não é regida por um corpo de prin-



cípios uma causa morta, temos que o primeiro dever que a disciplina nos impõe é o de libertarmos a Ideia do cadáver dentro do qual têm pretendido escondê-la, e de afirmarmos bem alto a nossa doutrina para que nos possam acompanhar conscientemente todos aqueles que pensam como nós (e são a grande maioria dos monárquicos) mas que, iludidos por uma apregoada disciplina — que afinal não é mais do que regimento de clientela eleiçoeira — estão trabalhando por um estado de coisas desacreditado, que não pode voltar e que, se voltasse, seria precisamente o contrário do que esses monárquicos pretendem.

Aqui está o que a Acção Realista precisa declarar no primeiro número da sua primeira publicação.

*Caetano Beirão.*

**Monarquia constitucional não é  
mais do que uma república com  
uma presidência hereditária.**

*Oliveira Martins.*



## ÉCOS

**Contos de Mouras Encantadas — por  
Luís Chaves**

Luís Chaves, que se tem dedicado aos estudos de etnografia, onde conseguiu marcar como uma rara competência, acaba de publicar um interessante livro de contos em que passam, nas vévoas de antanho, formosos vultos de mouras encantadas. Este livro é escripto com uma emoção de artista e uma ternura de português. A prosa em que o seu autor nos conta as lendas dos encantamentos das mouras tem uma fluidês encantadora e conserva uma emoção primitiva de romance medieval. Livro dum português, que ama consciencientemente a sua terra, combatendo pela sua restauração, êle deve ser colocado dentro da moderna literatura tradicionalista Luís Chaves, camarada querido, continúa na discreção da sua vida de investigador e de literato a formar uma obra digna de todos os elogios, — neste momento em que se louvam tantas inferioridades...

**Delfim Maia**

Delfim Maia é um official que pela sua bravura e intelligencia creceu em volta do seu nome um grande prestigio, tendo conquistado no Exercito de que a Republica o afastou, uma situação de destaque. Character de firme lialdade, fiel à sua Patria que, como soldado, jurou defender, tem-se sempre batido com heroismo pela causa nacional da Monarquia. O incidente que uma ridicula imposição motivou ha dias na abertura dos concursos hipicos, é uma prova de que esse soldado illustre não sabe transigir. Contando-o entre os nossos camaradas, felicitamo-lo pelo seu acto de magnifica independencia.

**«Serviço d'El Rey»**

Esta interessante publicação das J. M. do Porto tem posto as suas colunas à disposição da Acção Realista Portuguesa para controversias e propaganda da sua organização.

Agradecemos-lhe muito sinceramente a sua gentileza e esperamos manter com essa revista as melhores relações.

**Polycarpo de Azevedo**

O capitão de mar e guerra sr. Polycarpo de Azevedo, official distinctissimo da nossa armada e figura heroica do «5 de outubro», em que foi gravemente ferido ao defender os direitos do Rei a bordo do navio que comandava, acaba de ser castigado pelo anónimo ministro da marinha que se lembrou de o «reprender» por ter ido inaugurar um centro monarchico a Castelo Branco!

A Acção Realista Portuguesa, reconhecendo que

os castigos infligidos por este regime de usurpação só podem honrar os liaes portugueses como S. Ex., envia-lhe as mais calorosas saudações.

**«Os Nossos Mestres»**

A Livraria Portugália acaba de pôr à venda, numa edição muito cuidada, o livro do nosso querido amigo sr. Fernando Campos — integralista da velha guarda, hoje um dos mais dedicados valores da Acção Realista — intitulada «Os Nossos Mestres ou Breviário da Contra-Revolução.»

Depois de muitos meses de meticoloso e intoligente trabalho, que denota uma rara crudição, Fernando Campos, respingando dos livres dos nossos melhores escritores que têm combatido com dêlido o flagelo do liberalismo, as passagens mais características compilou-as metodicamente, formando esse livro precioso que todos os bons portugueses devem ler e meditar e até aprender de cór. É um verdadeiro «breviário» das verdades sociais que nós defendemos e que são as únicas capazes de operar o milagre da restauração nacional.

Felicitando Fernando Campos por este inestimavel serviço prestado à Causa de Deus, da Patria e o Rei, adiante transcrevemos uma página do belo compêndio «Os Nossos Mestres»

**As Juventudes Monárquicas e a U. N. C.**

Se as Juventudes Monárquicas Conservadoras teem pecado por ser uma instituição inorgânica e acéfala sem doutrina e sem finalidade definidas — o que não pode seuõ prejudicá-la — é certo que tentaram ultimamente realizar uma obra deveras interessante, a qual foi a propaganda, por meio de conferências, folhêto e livros, das doutrinas do sindicalismo nacionalista, e a constituição de sindicatos profissionais, sem côr politica, e portanto libertos do revolucionarismo da C. G. T.

Estavam já em organização vários sindicatos quando, atendendo a conveniências gerais, se reconheceu a vantagem de conjugar esse esforço das Juventudes com a tentativa que estava sendo levada a efeito por um grupo de individualidades de rara competência na matéria, sob o nome de Instituto de Estudos Sociais.

Efectuadas as necessárias diligências, foi deliberado, de comum acôrdo, que se fundasse a União Nacional das Corporações e que dêla se considerasse fazendo parte os Sindicatos Profissionais que as Juventudes tinham em organização.

A educação social dos trabalhadores portugueses é muito deficiente (quando não deficiente, defectuosa). Resolveu-se por isso iniciar na séde do Instituto de Estudos Sociais uma série de conferencias semanais, onde todos os que se interessam pelo



assunto poderão colher os mais proveitosos ensinamentos. São preleccionadores os srs. conselheiro Fernando de Sousa, dr. Almeida Correia, dr. Pequito Rebelo, dr. Afonso Lucas, Augusto da Costa, etc.

Todos os sócios das Juventudes, inscritos nos Sindicatos Profissionais em organização devem comparecer a estas interessantíssimas lições, que se realizam na T. de André Valente, 7, ás quintas-feiras, pelas 9 h. da noite.

### **Democracia e Plutocracia**

O incidente que ha pouco tempo se deu na redacção dum jornal desta cidade é bem característico numa sociedade que apodrece, desorganizada, entre as especulações duma finança criminosamente anti nacional e as intrigas, a baixa anarquia, duma politica que não possui uma finalidade portuguesa. Facto característico esse que veio revelar, pondo a nú, os interiores duma empresa jornalística, os obscuros bastidores financeiros dum diário onde a opinião publica — esse mito revolucionario! — dita a sua ficcia vontade! Se toda a gente não ignorava qual a situação do *Diário de Noticias*, no entanto ninguém poderia supor que se denunciasssem com uma impudencia extraordinaria aquêles que se servem da imprensa para realisarem os seus baixos interesses. E daqui por deante verêmos no velho diário scelenes artigos de fundo, cheios duma pomposa isenção moral, em que se fala em Patria e em desejos de nos salvarmos...

Se algumas pessoas se assombráram com a revelação da angustiante situação a que chegou a Inteligencia no nosso país, e que a Finança tenta reduzir a sua escrava obediente, não fômos nós, que colhêmos no estudo e na experiencia a certeza dos maleficios das democracias. A Imprensa a pouco e pouco perde a sua autoridade, — transformada de nobre orientadora, de altiva voz do interesse nacional, numa escrava humilhada, numa servidora imoral de interesses financeiros. A propria politica, por entre os bastidores da vida portuguesa, une-se à finança numa amável convivencia. A Plutocracia invadiu o Estado, subjugu a Nação, demoralisa uma sociedade que, victima do dinheiro democratico, se desorganisa numa soturna anarquia. O futuro da nossa Terra seria uma trágica perspectiva, se a Monarquia não conservasse em si todas as esperanças de resgate, e toda

a energia restaurada duma Nação que quer viver e ha de realisar os seus gloriosos desvinsos.

### **Assistencia aos monarchicos necessitados**

A illustre Presidente da Assembleia Geral desta benemérita instituição dignou-se convidar a Acção Realista a fazer-se representar na assembleia que se realizou em 26 de abril ultimo.

Os nossos agradecimentos.

### **Eleições em França**

As ultimas eleições em França vieram provar mais uma vez o character anti-nacional dos regimes democraticos. O eleitorado, incompetente para se pernunciar sobre a orientação politica que mais convenha ao país e para escolher os seus dirigentes uma parte inconscientemente outra corrompida pelos manejs e pelo oiro dos partidos políticos, pronunciou-se desastrosamente pelo radicalismo contra a Nação.

Desvaleriza-se o franco, rejubilam os internacionalistas e os inimigos da França, anunciam-se perturbações politicas graves; mas triumpháram os Imortais Princípios, os Direitos do Homem e a Soberania do Povo...

E ainda há quem chame ao sufrágio uma burla e até um crime!

### **Cidade Vermelha, — por Luis Costa**

Em Portugal o romance pouco se tem occupado, como o estrangeiro, com os problémas sociais. A *Cidade Vermelha* de Luis Costa enfileira galhardamente entre os romances que, focando um meio, com as suas personagens, as suas ideias, os seus vicios, as sua revoltas e redencões, faz destacar um salvador instinto de conservações que paira sobre o tumulto da anarquia, dominando-o. Luiz Costa é um espirito de acção — para quem as ideias e a literatura só valem pelas suas nobres qualidades de construção. Todo o seu romance é animado dum grande desejo de contribuir, num idealismo combativo, para um futuro melhor, livre das mentiras anarquistas, que teem dementado a classe operaria desviando-a do verda eiro caminho em que o seu trabalho encontrará a sua defeza positiva. *Cidade Vermelha* é um livro salutar e forte.



# O PARLAMENTO

Do livro *Os Nossos Mestres*, que Fernando Campos acaba de publicar, transcrevemos os seguintes depoimentos:

Mas quando eu vi o Salão das Cortes cheio de bandalhos e petimetres, tão fofos como hum sapo inchado, vomitando sandices, e minando os al' cerees da Religião e da Monarquia, desenganei-me que a tal Soberania era huma farça armada para certos fins. Que diabo de Soberania he esta (dizia eu) que traz inquieta a nação, espalha a Impiedade, persegue os bons, desmancha a maquina da Monarquia, excita a guerra civil, provoca as tropas ultramontanas, e prepara a anarquia? He para isto que foi proclamada a Soberania do povo?

*D. Fr. Fortunato de S. Boaventura.*

Nenhum paiz tinha uma representação mais livre que Portugal, antes de 1834; não podiam ser invadidos pelas *fornadas* os braços do clero e da nobreza, e não era tão facil corromper os eleitores do braço do povo, como hoje

*D. Jorge Eugenio de Locio.*

O votismo e o parlamentarismo são, em Portugal pelo menos, os agentes mais perniciosamente destructivos de toda a competencia administrativa. Desde 1836 até hoje, toda a historia do liberalismo portuguez subsequente á dictadura philosophica de Mousinho da Silveira, o ultimo dos nossos estadistas que teve idéas proprias e soube governar manejando as, é a flagrante demonstração da nossa incapacidade governativa dentro de um regimen absorventemente parlamentar.

*Ramalho Ortigão.*

No ambiente sutil e esterilizador d'essa conspiração permanente, que é a essencia mesma do parlamentarismo, (os partidos politicos) perderam a noção da realidade; e, enquanto o mundo se transforma, vão repetindo machinalmente as costumadas theses d'uma philosophia politica caduca e que nem já comprehendem

Taes partidos, cuja permanencia só se explica pelo estado de torpor e inercia a que a incubação d'um mundo novo condemna momentaneamente a sociedade, são o *caput mortuum* da politica burgueza e nada mais.

*Anthero do Quental.*

Creado pela intriga, pela pressão administrativa, pela presença de quatro soldados e um senhor alferes, e pelo eleitor a 500 réis, (o parlamento) vem apenas ser uma assembléa muda, somnolenta, igno-

rante, abanando com a cabeça que sim. A's vezes procura viver; e demonstra então, em provas incessantes, a sua incapacidade organica para discutir, para pensar, para crear, para dirigir, para resolver a questão mais rudimentar de administração. Não sae d'ella uma reforma, uma lei, um principio, um periodo eloquente, um dicto fino! A deputação é uma especie de funcionalismo para quem é incapaz de qualquer função. E' o emprego dos inuteis

Por isso o parlamento é uma casa mal alumada, aonde se vae, á uma hora, conversar, escrever cartas particulares, maldizer um pouco, e combinar partidas de *Whist*. O parlamento é uma succursal do Gremio. A tribuna é uma prateleira de copos de agua intactos.

*Eça de Queiroz.*

Ora não é do parlamento que devemos esperar para o grito d'alarme, pois os parlamentos são em todo o mundo quasi o mesmo que o nosso, reuniões de mediocres ligados por somas de cubicas e interesses que raro se justapõem aos nacionaes. Especialmente nos paizes latinos, o odio das *élites* cultas ao parlamento é por toda a parte intenso e obsedante, desde que se reconheceu que os paizes apulhastrados são os que mais tempo perdem em altercações e discursarias. Por toda a parte o bom senso das populações repulsa essas officinas de sophismas, bravatas, grosserias, onde todas as questões nacionaes são desviadas e aproveitadas a beneficio d'individuos, ou de grupos, e onde ao cabo de mezes de tumultos nada se adiantou que tres ou quatro homens de talento não fizessem melhor, em tres ou quatro dias no silencio dos seus quartos de trabalho.

*Filho d'Almeida.*

A eleição, quanto mais larga é e mais se aproxima do suffragio universal, tanto mais inutil para a selecção das competencias: incompetentes não podem escolher competentes, discipulos não podem escolher os seus disciplinadores e muito menos o eleitor incapaz que não se interessa pela remota função publica que desempenha.

A eleição, largamente usada, é nociva: torna se um instrumento de corrupção civica e normal, pelos costumes hypocritas e venais que propaga; gera a politica do aumento das despesas e do minimo esforço nacional; causa a centralzação politica e social; alimenta as desordens, lutas e guerras civis

*José Pequito Rebelo.*



## ACÇÃO REALISTA

Tenho factos bastantes para asseverar que nem sempre as maiorias parlamentares representam as maiorias da Nação.

*Caetano Maria Ferreira da Silva Beirão.*

Mil causas concorrem para as eleições dos Representantes do Povo não sejam conformes. As relações do sangue de amizade, de agradecimento &c. influem muito depois nas deliberações dos eleitos. E nós outros, que vimos as eleições dos Deputados para nossas denominadas Cortes, para Camaristas Constitucionaes... que diremos! Não he preciso avivar essas chagas que parece ainda estarem a verter sangue! Que subornos, que intrigas, que astucias, que calumnias... Que homens! Deixemos isto á consideração dos que virão, e presenciarão

*Antonio Joaquim de Gouvea Pinto.*

A vasia agitação politica, resultado necessario dos regimes parlamentares, parece condemnar os pequenos paizes a uma esterilidade intellectual, porque absorve todas as capacidades desde que desabrocham. A direcção moral que só a sciencia póde dar desaparece e os institutos e as academias vasam-se para encher os parlamentos e alimentar o jornalismo. Vê-se, pois, uma educação aparentemente mais extensa, mas de facto sem intensidade, nem vigor, condemnada a uma decadencia fatal. Não se sabe mais do que o praticamente indispensavel, e por isso mesmo a craveira do saber necessario se fecha diariamente, chegando-se afinal a uma vulgaridade banal.

*Oliveira Martins.*

Não se lembram esses tristes herdeiros das velhas illusões de nossos pais que os votos se vendem, e a eleição será tanto mais ficticia, quanto o sufrágio fór mais universal.

*Idem.*

O nosso systema representativo parlamentar foi ludibrio e foi depravamento, levados ao maximo d'agudez durante o periodo republicano. Misérias politicas, pesando constantemente sobre os intereses primaciaes do Paiz Jogo partidario, a fazer dos melhoramentos publicos e das collocações e vantagens dos individuos tranfos com que as vasas se marcam.

*Henrique de Paiva Couceiro.*

Mas é que os chefes d'uma democracia tendo que ser *oradores* e parlamentares, não só se habituam a resolver as questões, falando, como são incapazes de as tratar sem a preocupação eleitoral do voto Os mineiros do pais de Gales são os eleitores de Loyd George e este é incapaz de governar *mandando*. O governo de uma democracia é o governo do *argumento*: os eleitores tem que ser *convencidos* porque todos temos os mesmos direitos.

*Ayres d'Ornellas.*

Os livros preciosos da Biblioteca Nacional ardem numa fogueira de bichos roedores. Os deputados usufruem um palácio confortável.

Porque não instalam os livros em São Bento, arrumando os deputados debaixo de qualquer telheiro?

*Afonso Lopes Vieira.*

A moderna representação tem de ser integral abranjer todos os interesses, exprimir os direitos e aspirações de quantos trabalham em qualquer ramo de produção ou actividade

Aqui está em poucas palavras, o que nós pretendemos substituir e opôr á mentira da representação politica de agora; bastando este simples enunciado para para demonstrar aos *amigos do progresso* que nós não queremos o *regresso ao passado*: muito ao contrario, pedimos á experiencia *do que foi*, as normas seguras *do deve ser*.

*Hipolito Raposo.*

## EXPEDIENTE

A todas as pessoas a quem enviamos a nossa revista e não queiram honrar-nos com a sua assignatura, agradecemos o favor de no-la devolverem com a possivel brevidade para regularidade dos serviços de administração.



## Bases de organização da A. R. P.

I — A A. R. P. será dirigida, até sua definitiva organização, por uma Comissão Executiva constituída pelos sete membros que compõem a Comissão organizadora eleita na assembleia de 19 de Janeiro de 1924, e pelas pessoas que posteriormente foram integradas na Sub-Comissão Executiva que nesta data cessa as suas funções.<sup>1</sup>

II — Subsistem compostas pelos mesmos elementos e com as mesmas atribuições as Comissões Financeira, do jornal, organizadora do Quadro dos combatentes e administrativa da sede.

III — Para a execução deste projecto em todo o paiz, a Comissão Executiva nomeará delegados distritaes que tomarão a seu cargo a organização da A. R. P. nos seus distritos.

Estes delegados têm o direito de assistir às reuniões da Comissão Executiva sempre que se encontrem em Lisboa.

IV — Os delegados distritais comprometer-se-ão a que a organização nos seus distritos estará feita no prazo maximo de tres mezes a contar do dia em que fôr publicado o primeiro numero do jornal orgão da Acção Realista de forma que, terminado esse período, a A. R. P. esteja organizada em todo o paiz.

No entanto, passados esses tres mezes, mesmo que não se tenha conseguido a representação de todos os concelhos do paiz, proceder se-á à organização definitiva do movimento.

V — Em cada concelho é creada uma *Junta Concelhia* composta de tres, cinco ou sete vogaes (conforme a importancia do concelho) que representem tanto quanto possivel as freguezias dessa circunscrição.

Para os concelhos de pequena população ou onde haja poucos elementos realistas, em lugar de Junta Concelhia será nomeado pelo delegado do distrito um *Delegado Municipal*.

VI — Nas cidades de Lisboa e Porto, a organização far-se-á por freguezias. Para cada freguezia será nomeada uma Junta, constituindo os presidentes dessas Juntas a Comissão politica da Cidade que, por seu turno, elegerá a *Junta Municipal* composta de cinco membros.

VII — Decorrido o prazo fixado para a organização, a Comissão Executiva convocará uma assembleia na qual terão assento os Procuradores de todos os concelhos de Portugal (presidentes das Juntas Concelhias e Delegados municipais) representantes da A. R. P. e os vogais da Comissão Executiva. Cada concelho enviará um procurador, as cidades dois. Lisboa e Porto tres. Esta esquema de Côrtes Gerais, representação organica do paiz, procederá á eleição da *Junta Directiva* da Acção Realista. Os cinco nomes mais votados constituirão essa Junta, nomes que serão submetidos á sanção regia.

VIII — Constituida a Junta Directiva, cessam as funções da Comissão Executiva e Delegados distritaes, e porque serão nomeadas as *Juntas Provinciais* que por sua vez, confirmarão, alterarão ou substituirão as Juntas concelhias e delegações municipais. E estas as Juntas paroquiaes.

IX — A comissão Executiva nomeará desde já uma comissão de tres membros de reconhecida competencia que estudará qual a divisão administrativa a adoptar pela A. R. P., tendo em atenção a tradicional divisão por provincias e as conveniencias regionais.

<sup>1</sup> Nestes termos, a Comissão Executiva é composta pelos srs. : — Cons. Antonio Cabral, Conde de Suncena (José), Visconde do Torrão, D. Ruy da Camara (Ribeira), Dr. Alfredo Pimenta, José Pedro Folque, Francisco Xavier Quintela, Dr. Ernesto Gonçalves, Dr. Caetano Beirão.



# EPOPEIA MALDITA<sup>1</sup>

(O DRAMA DA GUERRA D'ÁFRICA)

NONA JORNADA — A COMÉDIA DA RETIRADA

(EXCERTO)

.....  
De novo o meu orgulho humano se abateu e senti em mim proprio a algidez do meu esquelêto magro, com saliencias enormes, do primata das stepes da terra! A visão dos íósseis delineava-se na minha retina petrificada e parecia-me ouvir, até, vindo do seio daquêla massa amorfa de salteadores, um entrechocar selvagem de malares, uma luta de mandíbulas ecoando pela floresta como outrora!

No entanto, lá de baixo, de Nangadi do Lago, parecia soprar um vento de tragedia impelindo as turbas para a fuga e para a loucura. Os que chegavam, trabalhados pelo pavor, traziam uma *patine* surpreendente de halucinados do inferno!

O nome do *boche* era já um susto — uma superstição atroz. Os mais valentes supunham ver suspenso na curva do céu um alfange de sangue e morte, enchendo a tarde de legendas aziagas. E o grosso das legiões lusas fugiam do cutelo metendo à pressa pelo caminho salvador... — sangue árabe vencendo ainda como em Chryssus!

Ora pois!... e amarrando, filosoficamente, o meu bucéfalo às fiadas de arame em farpa da vedação, regalei-o á rica, com um bernal de fava que a providencia incoerente dos assaltantes me legou entre os seus despojos, e, sentando-me junto da alimária, que nunca me pareceu tão fora de si e dentro da fabula como então, pus-me a contar as tristezas deste dia... a escrevê-las na ferida sangrante dos meus sonhos...

Valha-me Deus! Para que ser soldado quando se tem a alma assim? Para qua servir a Patria quando a Patria é servida por tal modo?

Eu já alguma vez teria sido fraco? Talvez, embora o coração não mo acusasse nunca. Mas se o fui é porque os homens pouco concentrados e sem preocupações espirituais, zombavam sempre da minha fé, e, para eu ser ouvido por êles, talvez alguma vez, porventura, tivesse de lhes roçar pelos ombros... Nada mais. De resto era sempre a minha intelligencia açoitada, os meus olhos apunhalados de desilusões, a lutar contra a onda de perdição!

Valha-me Deus, pois! E agora mesmo, n'uma visão fresca e dolorosa, eu revia a «queda» monstruosa que me cercava: Nangadi da Serra posta a saque, desbaratada, rou-

<sup>1</sup> Antonio de Cértima vai fazer aparecer por estes dias o seu tão falado livro sobre a nossa guerra d'África, tão envolta em misterio, em silencio, em dissimulações. Sabemos que este livro, escrito com uma rara energia moral e independencia politica, será um espantoso documento de dôr e de verdade, que o paiz irá apreciar devidamente. Dêle transcrevemos com prazer o capitulo que aqui publicamos.



bada, envilecida ; os Maiores perdendo-se e fugindo tambem ; e lá para baixo, para o túmulo dum esforço enorme, tudo arrazado, vendido, o gado a monte, armas, munições e viaturas atiradas para as sombras dos caminhos, automoveis estilhaçados, no corrego da escarpa um carro-motor da T. S. F. abandonado, armas, generos e equipamentos entregues por este meio ao alemão — enfim, mais um posto perdido !

De quem era a culpa ? Não se sabia . . . eu não queria saber ! Só me doía que um dia o meu Portugal — pobre velho ludibriado — haveria de pôr gran-cruzes de honra e medallas de mérito no peito desta legião de devastadores da Pátria, de devastadores selvagens !

Junto de mim, não sei porque estranha atracção de sofrimento, estavam todos os meus rôtos irmãos de Newala — estavam pelo menos aquêles que tinham feito a guerra sob o meu olhar ardente. Sempre juntos de mim como as tristezas juntas de meu coração, êles tinham-me acompanhado sempre em toda a retirada na amargura dos nossos pensamentos, na desordem dos nossos sonhos, à semelhança da sombra negra dos meus sonhos mortos que se viesse projectando atraz de mim sobre o sulco dos meus passos . . . De Nangadi de Baixo, tinhamos subido em familia depois de « oficialmente » ser ordenado que a retirada se fizesse para aqui.

E agora, a olhá-los, eu fechava o ciclo de tudo quanto via e sentia, e arrependia-me firmemente da ultima arrancada a que nos tinhamos metido — a que eu me metêra. Todos êles salvaram da garra do inimigo, que viria apoz de nós, tudo que puderam arrastar. Eu proprio carreguei com a culatra e fita duma metralhadora que quis furtar aos despojos desperdiçados, entrando para isso no reducto sob os cacos da granada *boche* e quando o Comandante do posto, em trajo de passeio, o abandonava . . . heroicamente.

Meus pobres irmãos ! que inútil tarefa a nossa !

E eles scismavam com a cabeça apertada nas mãos esqueléticas. A maldição que parecia perseguir a malta do fortim, turbava-lhes o entendimento. As coisas começavam a tomar uma forma nova, uma attitude bizarra e absurda, que o abalo dos seus raciocinios arrancava da escuridão da sua dôr.

Pois quê ? nem uma côdea de pão, nem um olhar estremecido os contemplava — a êles que servidos por um material humilde, por entre despresos e humilhações, tinham levantado para o céu azul, para tão alto, a divina alma da Patria ?

Pois quê ? quando o seu martirio julgava ter direito a repouso — um direito concedido justiceiramente pelo facto de se calcar já terra portugêsa — eram êles escorraçados como párias e postos atravez do territorio a palmilhar léguas e privações como o Judeu maldito da legenda ?

Enfeixando, ameaçador e dogmático, o curso exasperativo destes raciocinios, o « Diamantino », bairradense, espadaúdo, especie de Fernão Vasques indomavel do meu pelotão, ergueu a cabeça e, com os olhos fundos e acarvoados de celta, a beber distancias, regougou :

— Tambem ha de chegar a nossa hora, rapazes !

Fez-se um silencio nervoso, plasmado de raivosidades barbaras, um silencio que entrava como ferida dolorosa na meditação da malta. E a meia voz, num temivel rilhar de dentes, ouviu-se ulular, blasfema e vaga, a palavra :

— Traidores ! . . .



## Publicações aconselhadas

- Marquez de Penalva — *Dissertação a favor da Monarquia.*  
 José Agostinho de Macedo — *O Desengano.*  
 José Accursio das Neves — *Cartas de Hum Portuguez aos seus Concidadãos*  
 José Liberato Freire de Carvalho — *Ensaio Historico Politico.*  
 Dr. Fr. Fortunato de S. Boaventura — *O Punhal dos Corcundas.*  
 Visconde de Santarem — *Memorias para a Historia e Theoria das Cortes Geraes.*  
   »   »   »   — *Opusculos e Esparsos.*  
   »   »   »   — *Correspondencia.*  
 Dr. José da Gama e Castro — *O Novo Principe.*  
 Alexandre Herculano — *Historia de Portugal.*  
   »   »   — *Opusculos.*  
   »   »   — *Cartas.*  
 Francisco Antonio da Cunha de Pina Manique — *Portugal desde 1828 a 1834.*  
 Antonio Joaquim de Gouvea Pinto — *Os Caracteres da Monarquia.*  
 Faustino José da Madre de Deos — *Os Povos e Os Reis.*  
 D. Miguel Sotto Mayor — *O Marquez de Pombal.*  
 Henrique da Gama Barros — *Historia da Administração Publica em Portugal nos Seculos XII a XV.*  
 Ramalho Ortigão — *Ultimas Farpas.*  
 A. de Sousa Silva Costa Lobo — *Historia da Sociedade em Portugal no Seculo XV.*  
 Alberto Sampaio — *As «Villas» do Norte de Portugal.*  
 Oliveira Martins — *Portugal Contemporaneo.*  
   »   »   — *Os Filhos de D. João I.*  
   »   »   — *A Vida de Nuno, Alvares.*  
   »   »   — *Dispersos.*  
 Eça de Queiroz — *Uma Campanha Alegre das Farpas.*  
 A. Porfirio de Carvalho — *Onde está o Absolutismo?*  
 J. Fernando de Sousa (Nemo) — *A Religião na Monarquia.*  
 Fialho de Almeida — *Saibam Quantos . . .*  
 J. A. da Silva Cordeiro — *A Crise em seus aspectos moraes.*  
 Henrique de Paiva Couceiro — *A Democracia Nacional.*  
 Julio de Mello e Mattos — *Cooperativismo Agrario*  
 Affonso Lopes Vieira — *Em demanda do Graal.*  
 Mariotte — *Os Meus Cadernos (1.ª série).*  
 A. Xavier Cordeiro — *O Problema da Vinculação.*  
 Alfredo Pimenta — *Politica Monarchica.*  
 Hipolito Raposo — *O Sentido do Humanismo.*  
 António Sardinha — *O Valor da Raça.*  
 Luis de Almeida Braga — *O Culto da Tradição.*  
   »   »   »   — *O Mar Tenebroso.*  
 João do Amaral — *Aqui d'El-Rei!*  
 Fernando Campos — *Os Nossos Mestres ou Breviário da Contra-Revolução.*  
 Caetano Beirão — *Uma Campanha Tradicionalista.*  
   »   »   — *A Lição da Democracia.*  
 José Pequito Rebelo — *Pela dedução á Monarquia.*  
   »   »   »   — *Cartilha do Lavrador.*  
 Armando da Silva — *A Crise das Democracias.*  
 Rollão Preto — *A Monarquia é a Restauração da Inteligencia.*  
   *Nação Portuguesa (1.ª série).*  
   *A Questão Ibérica.*



# BREVEMENTE

*iniciará a sua publicação o órgão diário na imprensa da Acção Realista Portuguesa, jornal de propaganda doutrinária que combaterá denodadamente pelo Nacionalismo contra a Democracia. Colaboração variada e interessantíssima.*

**Todos os monárquicos devem assinar  
o jornal da Acção Realista**

**PEDIDOS PARA:**

**Rua da Barroca, 59, s/loja**

**MARQUES, PEREIRA & C.<sup>A</sup>**

**BANQUEIROS**

Depósitos á Ordem e a prazo

Todas as operações bancarias.

**Rua do Ouro, 61**

**Rua da Conceição, 116-118**

**LISBOA**

**TELE** grama PERMARCO  
telefone C. 1493

LUIZ COSTA

**A CIDADE  
VERMELHA**

...«Ahi é que, contra a presumpção que vinhamos alimentando, nos certificámos do verídico significado do romance «A Cidade Vermelha», significado que não é outro senão o da condenação do regimen bolchevista...»

(Da *Chonica Literaria do Jornal do Comercio*).

ROMANCE

Preço 5 esc.

PEDIDOS Á DEPOSITARIA  
LIVRARIA PORTUGAL-BRAZIL

CHIADO, 60 — LISBOA

**QUEREIS DINHEIRO?**

**JOGAE NO**

**Lama**

R. do Amparo, 51

LISBOA

Telefone N. 4020





A SERIE  
DE  
PERFUMARIA  
"Pompadour"

Constitue o nosso orgulho de fabricantes

---

Agua de Colonia «Pompadour»  
Brilhantina crystalisada «Pompadour»  
Dentifricios «Pompadour»  
Essencia «Pompadour»  
Loção «Pompadour»  
Pó de arroz «Pompadour»  
Sabonete «Pompadour»  
Shampoo «Pompadour»

---

Brevemente: Crème «Pompadour»

---

Thomaz Mendonça, Filhos, Limitada

43, Calçada do Combro, 47

LISBOA

Telephone C. 105